



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU

MARINHO NHANRI

**ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA
PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU 2015-2022**

ACARAPE-CE

2023

MARINHO NHANRI

**ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA
PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU 2015-2022**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado no formato do projeto de pesquisa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB- como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades - campus de Ceará

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho

ACARAPE-CE

2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus todo-poderoso, por ter me concedido vida, força, coragem e vontade de permanecer firme neste percurso acadêmico. Gostaria de lhe agradecer por me fazer nascer no meio de uma família maravilhosa ao lado dos meus irmãos e irmãs que são pessoas que amo muito e sempre serei grato a eles/elas por tudo que me ensinaram, pelos bons momentos que passamos juntos e pelos difíceis também. Dedico um forte agradecimento a todos os meus familiares, amigos e em especial à minha esposa.

Gostaria de reservar este momento e direcioná-lo para o meu herói e a minha heroína (os meus pais), que lutaram e lutam incansavelmente para que nada nos faltasse. Desde a minha infância eu já os admirava, portanto, não importa o quanto eu escrevo nunca vou conseguir expressar por completo o amor que sinto por eles, por isso quero terminar dizendo uma simples palavra que toca nos nossos corações quando é dita com sinceridade, portanto eu digo com toda sinceridade que vem do meu coração para Angela Monteiro e Alexandre Nhanri, OBRIGADO! Obrigado por todas as vezes que perderam o sono por minha causa, por vezes que lhes aborreci. Continuarei lhes agradecendo pelo resto da minha vida. Eu amo vocês!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	8
3. PROBLEMA	9
4. JUSTIFICATIVA	9
5. OBJETIVOS	10
5.1. Objetivo geral	10
5.2. Objetivos específicos	11
6. REFERENCIAL TEÓRICO	11
6.1. Conceitualização, a contextualização histórica da chegada de caju no país e o início da sua produção	13
6.2. Os impactos que os conflitos armados e políticos causaram e ainda causam na economia do país e na comercialização dos produtos agrícolas em especial castanha de caju	15
6.3. Os níveis de transformação e do aproveitamento dos produtos internos em bens de consumo pelo Estado (castanha de caju, pseudofruto, vinho de caju)	18
6.3.1. Comercialização da amêndoa de caju	21
6.3.2. vinho de caju	21
6.4. Excesso da produção de caju e o seu impacto ambiental e o desmatamento no país	22
6.5. A influência que a safra de caju exerce sobre a vida estudantil das crianças adolescentes e jovens na Guiné-Bissau	23
6.6. Inserção da Guiné-Bissau no mercado internacional por sua grande capacidade de produção e a contribuição que isto tem no desenvolvimento socioeconômico do país	25
7. METODOLOGIA	28
8. REFERÊNCIA	30

1. INTRODUÇÃO

A economia é uma atividade que se realiza em coletividade dentro de uma comunidade, sociedade e nação. Esta atividade é praticada de acordo com a divisão social de trabalho que obedece às realidades da mesma, que podem servir para a produção de bens materiais produzidos pelos camponeses e agricultores ou imateriais desenvolvidos pelos operários de fábricas e pelos diretores. De modo geral, essas atividades contribuem para o rendimento econômico do Estado. A castanha de caju é o produto estratégico para o crescimento econômico do país, portanto, a sua produção poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, em termo geográfico, é um país pequena que reúne as condições naturais necessárias para o processo da sua evolução socioeconômica, porém merece atenção por parte do Estado pós-independente em disponibilizar mais investimento neste setor (agrícola) que é considerado a principal fonte de receita no país com cerca de 90% de rendimento e poderá servir também de meios para a redução da pobreza, podendo garantir a segurança alimentar às várias famílias rurais (CHÉNEAU-LOQUAY, 1995).

Os especialistas e agricultores guineenses (camponeses e produtores da castanha de caju) defendem que ao invés da exportação bruta da castanha de caju, o ideal é que o Estado aposte na transformação interna deste produto que gerará emprego para a camada juvenil e em consequência disso o governo ganhará mais (CASSAMÁ, 2021). Entende-se que, o desenvolvimento é a forma de crescimento de Estado, através da estratégia adotada para gerar bens econômicos, provocando, assim, um devir estrutural, transformação de bens e serviços, e a divisão das riquezas entre status sociais e regionais (COMPANS, 2004).

Levando em conta a situação atual que se encontra na Guiné-Bissau, - com profundas desigualdades sociais e econômicas, me provocou a pensar o tema proposto no presente projeto de pesquisa com uma delimitação focada para economia e desenvolvimento na Guiné-Bissau, o caso da produção de castanha de caju. O projeto deterá em levantar os benefícios que a produção da castanha de caju pode proporcionar para a sociedade guineense em termos econômicos. Para isso, me proponho a responder a seguinte pergunta: Como é que se dá o processo da evolução da economia e desenvolvimento na Guiné-Bissau no caso da produção da castanha de caju no período compreendido entre 2015-2022?

A pesquisa vai se delimitar geograficamente na República da Guiné-Bissau, situado na costa ocidental da África, com uma superfície total de 36.125 km². O país está composto

administrativamente por três (3) províncias e oito (8) regiões que são compostas por trinta e sete (37) setores incluindo o setor autónomo de Bissau (capital). No que concerne ao nível da água do mar, as marés da Guiné-Bissau tenebra para o interior por cerca de 150 km². A população estima-se no total de 1.654.000 habitantes segundo dados estatísticos do ano 2018, a população urbana foi de 43,3% e a rural foi de 56,6% de habitantes. O país faz fronteira com Senegal a norte, Senegal a norte, pela Guiné a leste e sul e pelo Oceano Atlântico a oeste (BRITANNICA, 2023).

O país tem um clima tropical com duas estações: a da chuva, entre os meses de maio a novembro, e da seca, que começa em dezembro até abril, essa última é considerada a época mais quente. Também contém florestas e savanas, além disso, existem grandes superfícies territoriais cobertas de mangais, palmeiras, árvores de madeiras, cajueiros entre outras árvores e riquezas naturais que o país possui (COSTA, 1982).

O trabalho conta com estrutura padrão para gênero acadêmico que compreende, contando com os títulos e subtítulos a serem desenvolvidos no corpo do trabalho. Ao ler o presente projeto de pesquisa verá que conta com as subdivisões como a delimitação do tema de pesquisa onde traz-se de uma forma sucinta o problema que se propõe estudar neste projeto de pesquisa, em seguida formula-se a questão norteadora do trabalho, a justificativa fala-se do motivo da escolha do tema que cobre três âmbitos que são acadêmico, social e pessoas, os objetivos foram definidos com a finalidade atingir a provocação que se espera do presente projeto de pesquisa que é de fazer uma investigação com foco na produção da castanha de caju em produto de consumo e a sua contribuição para evolução econômica e o desenvolvimento do país.

O referencial teórico com diálogo de diferentes autores que pensam e estudam os temas relacionado ao que se pretende estudar neste presente projeto de pesquisa, este título se encontra dividido em diferentes seções começando com uma conceitualização, a contextualização histórica da chegada de caju no país e o início da sua produção, aqui se fala dos primeiros momento que a população guineense entrou em contato com caju; o trabalho seguiu-se com uma nova seção que fala dos impactos que os conflitos armados e políticos causaram e ainda causam na economia do país e na comercialização dos produtos agrícolas em especial castanha de caju, esta seção aborda-se das instabilidades políticas que se verifica no país e a sua interferência na estrutura econômica do Estado pós-independente; constata-se que o aproveitamento dos produtos agrários é baixa, por isso faz-se necessário entender os

níveis de transformação e do aproveitamento dos produtos internos em bens de consumo pelo Estado (castanha de caju, pseudofruto, vinho de caju) que é um dos subtítulos que sustenta o referencial teórico; traz-se outros dois subtítulos comercialização da amêndoa de caju e vinho de caju que são pertinentes para o trabalho quando se refere a safra de caju; a próxima seção do trabalho fala-se do excesso da produção de caju e o seu impacto ambiental e o desmatamento no país, traz esta discussão porque verifica-se a monopolição da produção centralizada no caju que pode gerar problemas climáticos e da biosfera; segue-se com o sub-topico da influência que a campanha de caju exerce sobre a vida estudantil das crianças adolescentes e jovens na Guiné-Bissau que debruça do impacto que a safra de caju apresenta na vida das pessoas e para fechar o referencial teórico, o projeto aborda-se sobre a inserção da Guiné-Bissau no mercado internacional por sua grande capacidade de produção e a contribuição que isto tem no desenvolvimento socioeconômico do país.

Na metodologia traz-se as estratégias que serão aplicadas no desenvolvimento do presente projeto de pesquisa e método que será aplicado na realização do presente projeto de pesquisa.

2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Este projeto de pesquisa procurará identificar os obstáculos que o setor agrário enfrenta concernente à produção de castanha de caju, depois, demonstrará a potencialidade que a produção de caju poderá proporcionar ao desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau após a Independência.

Verifica-se que antes da sociedade guineense ser invadida pelos colonizadores existiam outras formas pelas quais produziam seus produtos agrícolas (arroz, amendoim, milho bacil, milho preto, coco...) que serviam como fonte de renda para o país e garante a segurança alimentar para a população em geral, mas principalmente as pessoas que vivem nas zonas rurais.

Com a ocupação dos viajantes marítimos (portugueses) no território nacional, o país começou a enfrentar uma nova realidade nas produções agrícolas que era implementada em todo território nacional, não havendo saída, a população começou adaptar-se à nova realidade nas práticas agrícolas, que era de aprender como tratar e semear o caju.

A princípio, o caju servia simplesmente para alimentação das famílias, o pedúnculo era comido ao amadurecer e a castanha servia como uma forma de juntar os familiares, pois a castanha era queimada no forno improvisado, quando estava pronta os familiares costumavam reunir-se ao redor dela partindo as suas cascas com auxílio de pedaço de madeira ou uma pedra e se divertiam enquanto comiam a amendoim.

Com o passar dos anos o caju começou a ser valorizado pelo mercado internacional, devido a sua grande procura começou-se a ser valorizada pela sociedade guineense e, tendo em conta a sua procura, tornou-se o principal meio do desenvolvimento económico no país através da comercialização e a exportação com os países internacionais, isso contribuiu muito no aumento da produção de caju em todo o território nacional.

Observou-se que com o aumento do nível da produção de caju houve grandes benefícios para o país e às famílias, auxiliando na garantia da sua segurança alimentar, entretanto, a nova produção põe em causa o meio ambiente por causa da desflorestação a fim de plantar caju.

A Guiné-Bissau é conhecida pela sua grande quantidade de produção dos produtos agrícolas, incluindo a da castanha de caju; a maior parte desta produção é transportada para o exterior com a finalidade de fazer crescer a PIB do País, também ajuda na diminuição da pobreza e consequentemente da fome, mas devido à má gestão, muitas fábricas ou projetos

que ajudaram na transformação dos produtos cultivados deixaram de funcionar e na maioria delas só restam sucatas.

Acredita-se que isso influenciou o Estado a apostar mais na exportação da maioria dos seus produtos. Vê-se a necessidade de salientar que com a realização desta exportação faz-se a eliminação da oferta de emprego para os jovens, além disso, pode-se mencionar os conflitos como um dos obstáculos que coloca o país em posição desprivilegiada em termos de negociação devido às suas instabilidades políticas que, por um lado, tem uma grande influência negativa em tudo que se diz respeito à adopção de um novo método de tratamento e de aproveitamento dos produtos produzidos no país pelo Estado e pelas famílias rurais.

Os fatos demonstram que é possível ter um bom êxito na transformação da castanha de caju que poderia resultar num impacto positivo no desenvolvimento socioeconómico no país e, assim, seria possível verificar uma grande mudança na oferta de emprego aos jovens, a inserção do país no mercado internacional e também poderia registrar mais reconhecimento da agricultura familiar (vida rural) e da produção de caju pelo Estado da Guiné-Bissau.

3. PROBLEMA

Como é que se dá o processo da evolução da economia e desenvolvimento na Guiné-Bissau o caso da produção da castanha de caju no período compreendido entre 2015-2022?

4. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho é relevante, pois visa compreender a viabilidade do impacto socioeconómico e das mudanças na transformação da castanha de caju e o efeito que tem na vida das famílias rurais, também em como o Estado pode beneficiar com a produção de caju no país, proporcionando, assim, o desenvolvimento socioeconómico.

A pesquisa privilegiará o período pós-independência da Guiné-Bissau para nos permitir decifrar esta mutação na produção dos produtos agrários após a Independência e verificar qual é o seu impacto no meio social guineense. Desta forma, analisar-se-á a contribuição que teria na oferta de emprego aos jovens, a redução da pobreza no País que teria como resultado o combate à fome.

A Guiné-Bissau é um país que contém solos ricos que podem ser aproveitados como fonte de renda e como um meio de desenvolvimento socioeconómico. Nesta pesquisa, será feita uma reflexão rápida dos produtos que podem ser aproveitados e explorados da melhor

maneira pelo Estado guineense, entre eles, cultivo de arroz, milho bacil, milho preto, inclusive a da castanha de caju.

Resolve-se escolher o presente tema de pesquisa porque acredita-se que trará grande contribuição no contexto socioeconômico no que diz respeito ao desenvolvimento econômico no país e à oferta de emprego aos jovens, estas ações poderão resultar no combate à fome e à pobreza, também é preciso fazer reconhecimento do trabalho duro das famílias rurais.

Além disso, o trabalho tende a oferecer os resultados que podem provocar debates acadêmicos sobre os assuntos relacionados ao tema em questão. Em suma, crescer no meio deste sistema, acaba-se percebendo a importância que o caju exerce no seio de uma famílias que sempre esperava o melhor da produção de caju.

As famílias rurais têm como parte das suas preocupações o florescimento dos cajueiros, além disso se preocupam em como o Estado vai colocar o preço da castanha de caju para que possam dar conta das despesas que fizeram na limpeza da horta de caju, ao mesmo para garantir a sua alimentação familiar durante um período, sem esquecer que muitas dessas famílias pagam escolas dos filhos através da venda da castanha de caju.

As questões ambientais são questões que merecerão atenção no desenvolvimento do presente projeto de pesquisa. o trabalho vai-se deter em evidenciar os impacto que a monocultura pode provocar no excesso produção da castanha de caju, que terá como resultado, o desmatamento das matas para dar espaço a plantações de caju.

É sempre esperado um bom rendimento que poderá ajudar a família para se manter por um tempo, mas para que isso aconteça, é preciso que muitos das questões levantadas anteriormente como o reconhecimento dos trabalhos árduos das famílias carenciadas e rurais que dependem desta fonte de receita, pois quando se fala em oferecer uma boa condição de vida aos populações guineenses é garantir que o país alcance o seu auge do desenvolvimento socioeconômico.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo geral

Investigar a evolução da economia e seu desenvolvimento na Guiné-Bissau, o caso da produção e transformação da castanha de caju em produto de consumo, no período compreendido entre 2015-2022.

5.2. Objetivos específicos

Compreender a viabilidade do impacto socioeconômico e das mudanças que a transformação da castanha de caju em produtos acabados poderia proporcionar para o país;

Demonstrar o quanto a oferta de emprego aos jovens pode contribuir no desenvolvimento sustentável do país e a vida das famílias rurais;

Entender o enquadramento do desenvolvimento tecnológico na produção e na transformação da castanha de caju e os impactos ambientais;

Analisar a inserção do país no mercado internacional com a sua grande quantidade de produção agrária.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Como já indicado, a Guiné-Bissau é um dos países da África com grande nível de produção da castanha de caju e a maioria da produção deste produto é transportada para o mercado internacional contribuindo, assim, no aumento do PIB do país.

Segundo Mendes (2010, pág. 03), “a produção e comercialização da castanha de caju constituem atualmente as principais atividades econômicas da Guiné-Bissau”. Por outro lado, não se verifica a adoção dos mecanismos que vão permitir com que o Estado aproveite a produção da castanha de caju através da sua transportação e a sua transformação em bifes de caju e pastéis de caju, etc. Importe salientar que “diagnosticar e avaliar as potencialidades que existem ao longo de toda a cadeia produtiva de Caju, demonstrando os benefícios que esta poderia proporcionar caso a Guiné-Bissau criasse ambiente e condições favoráveis para a transformação integral de Caju" (MENDES, 2010, p. 9-10), poderia trazer benefício para o país, permitindo que seja feito um bom aproveitamento econômico.

Percebe-se que, as famílias das zonas rurais trabalham em todas as época do ano, seca e chuvosa para se sobreviverem, pois não conseguem se sustentar só com os produções das épocas chuvosas, por isso, trocam o que conseguem produzir para ganhar o pão de cada dia, concordando com Djaló (2013, p. 66), quando diz que “a produção do caju tem exercido forte influência no desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau. O caju é um produto comercial, implicando certa monetarização, bem como relações de troca com outros produtos, sobretudo os de primeira necessidade”, em muitos casos os agricultores optam por trocarem

as suas castanhas de caju com arroz e ainda entram em dívida com os comerciantes até a próxima colheita de caju.

Contudo, esta troca poderia ser saudável se os seus trabalhos de campo fossem valorizados e reconhecidos no mercado interno pelo próprio Estado no sentido de pensar uma política econômica que melhoraria a condição de vida social das famílias rurais.

Assim, a castanha de caju não servirá simplesmente para realização da troca com os outros produtos de primeira necessidade, mas a serviria como um meio para garantir a segurança alimentar, o que permitiria a quebra do habitual no qual os camponeses têm duas formas de conseguir o alimento (arroz), através da sua plantação ou trocando o arroz por caju (SAMATE, 2018).

Após a independência, verifica-se a realização do estudo que visa pensar numa estratégia favorável para o desenvolvimento sustentável, este estudo tinha como objetivo “identificar as fraquezas e os recursos do país com vista à definição de estratégias globais que pudessem favorecer o desenvolvimento sustentável e a consequente redução da pobreza” (MENDES, 2010, p. 2). Ainda argumenta que “o estudo revelou que o desenvolvimento da Guiné-Bissau e a eliminação da pobreza exigem uma abordagem mais abrangente que deverá ter em conta não só os aspectos económicos, mas também as dimensões sociais, humanas, ambientais e institucionais” (*Ibid*), isso implica que a monopolização da produção agrícola na transportação da castanha de caju não será suficiente para atingir o desenvolvimento esperado.

O presente trabalho acompanhará a evolução tecnológica, especificamente, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico que traria umas mudanças significativas não só no rendimento das produções, transformação e que pode permitir uma redução de uso de forças nos trabalhos de campo, exigirá uma adaptação dos camponeses a fim de adotarem os novos meios que a tecnologia lhes proporciona para terem mais vantagens produtivas nos seus trabalhos diários. Como se pode observar no argumento de Mendonça, (2019, p. 31-32) quando coloca que,

A vantagem competitiva pode ser conseguida pela inovação e aperfeiçoamento. A inovação se refere ao progresso tecnológico, explorando assim as tecnologias mais modernas. Quanto mais fatores tecnológicos usados na produção de um determinado produto, maior a produtividade e, com uma produtividade crescente, maior a possibilidade de competir no mercado internacional. Essa competitividade está associada aos fatores do progresso tecnológico.

Posto isto, pode-se verificar o quão a tecnologia pode ajudar no processo de transformação dos produtos agrícolas produzidos no país. Enquanto isso, Dodman e Sá (2005,

p. 2), afirmaram que “a Guiné-Bissau é rica em recursos naturais e minerais, incluindo as pescas, a madeira, os fosfatos e a bauxita, para além de que existem jazidas de petróleo que ainda não foram exploradas”. Pode-se perceber que as riquezas naturais que o país possui, poderiam servir de recursos para o seu desenvolvimento sustentável, mas com “as fracas condições da riqueza física – o investimento de capital” (EDMUNDSON, 2014, p.3), dificulta o desenvolvimento destes setores.

Também, “a Guiné-Bissau possui um solo rico em nutrientes, capaz de garantir uma condição propícia para a prática agrícola de grande variedade de alimentos de qualidade numa proporção suficiente” (MANÉ, 2021, p. 10). A maior parte da população ou é proprietário de um pedaço de terra que transforma em horta de caju ou pretende ser, por isso, percebe-se que se verifica o desmatamento das matas para dar prioridade a plantação da castanha de caju apesar dos seus rendimentos não serem muito grande, mas continua sendo a fonte de renda e da sobrevivência para muitas famílias rurais que tentam levar uma vida normal nas aldeias e nas zonas urbanas da cidade. “A maioria da população (cerca de 75%) está envolvida na agricultura, principalmente no cultivo de caju e na produção do arroz nos mangais ou nas áreas inundáveis do interior, ou ainda, em combinação com outras culturas, na zona de floresta” (DODMAN; SÁ, 2005, p.2).

6.1. Conceitualização, a contextualização histórica da chegada de caju no país e o início da sua produção

Caju é de origem brasileira que chegou ao nosso território por meio dos navegadores portugueses que chegaram à costa da Guiné-Bissau. A sociedade guineense entrou em contato com caju no século XVI que, depois, tornou-se o terceiro produto mais produzido no país, seguido do amendoim e do coco. “O caju, de origem brasileira, chegou no continente africano e à Guiné-Bissau no séc.XVI por intermédio dos navegadores portugueses” (NHAGA, 2017, p.1).

Pode-se dizer que tudo começou durante o período das grandes navegações dos europeus que chegaram/invadiram o continente americano no caso Brasil, onde tiveram o primeiro contato com diversas plantas incluindo caju, mas é de salientar que os índios já conheciam muito bem esta planta muito antes da chegada dos europeus, que por acaso tiveram um papel fundamental na expansão desta planta por todos os territórios que invadiram, ao saírem do Brasil levaram consigo o semente de caju nas suas navegações.

O cajueiro pertence à família anacardiaceae, a analogia de forma entre o caju e o rim de lebre não prevaleceu quando Lineu deu nome às espécies. Dada a sua imagem do tipo de um coração de pato, originou o nome científico de anacárdio. Com uma quinzena de espécies, natural do Brasil, concretamente da costa litoral, o cajueiro foi domesticado bem antes da chegada do homem europeu. As suas castanhas e “frutos” já eram usados pelos índios antes da descoberta da América, sendo uma planta comum nos seus cultivos (NHAGA, 2017, p. 18).

O autor nos mostra que o caju pertence à família das plantas anacardiaceae devido ao seu processo de adaptação aos diferentes ambientes e levando também a sua semelhança com os rins de lebre e de coração de pato, isso originou no seu nome científico.

Ao se falar da chegada do caju no continente africano e principalmente na Guiné-Bissau nos anos 501, se mostra relevante indicar o interesse que o império colonial tinha com a expansão da caju que teve a sua origem no Brasil. Posto isto, o Alexandre (2013, p. 23) vai explica que,

durante a expansão de seus impérios coloniais, as potências européias buscaram na vegetação as espécies de interesse econômico. Aumentou fortemente a demanda de conhecimentos sobre a utilidade comercial das plantas e sobre sua capacidade de crescer em diferentes ambientes. Os portugueses desempenharam papel pioneiro na difusão das espécies tropicais, a princípio de maneira muito pragmática, tentando aclimatá-las em suas diferentes possessões. Como já se assinalou, enquanto a mangueira foi levada das Índias para as colônias portuguesas da África e da América do Sul, o cajueiro fez caminho exatamente inverso.

Os navegadores tinham interesses de plantar diferentes tipos de plantas com interesses econômicos por lugares que passavam, neste processo, a Guiné-Bissau foi o terceiro país africano a entrar em contato com esta planta, depois de Moçambique e Angola. Começou-se pelo “Moçambique, ainda em fins do século XVI, e depois em Angola e em Guiné-Bissau. Tornou-se assim uma espécie circumtropical, presente onde encontra um clima à sua conveniência, suficientemente quente e húmido” (ALEXANDRE, 2013, p. 24). E pode-se dizer que o cajueiro se encontra em diferentes partes do mundo, dentre eles, o continente americano no caso da América do Sul que é mundialmente considerada como o local de origem do caju (Brasil). Os principais países produtores de caju da região são Brasil, Chile, Colômbia e Bolívia, entre outros. Os Estados Unidos e os demais países da América do Norte são os principais parceiros comerciais do caju na América do Sul. Os maiores países importadores em termos de valor são Vietnã, Índia e Estados Unidos.

Esta planta anacardium, ao chegar no território da Guiné-Bissau foi distribuída em todos os territórios administrativos do país, mas principalmente no litoral de Cacheu, Biombo e Oio. Como aponta INEC (2011) citado por Djaló, (2013, p. 62) que estas regiões

“concentram 55% de toda a plantação; em Gabú e Bafatá estão 27% da plantação, e as regiões de Tombali, Quinara e Bolama Bijagós representam 18% das plantações.”

Pode-se dizer que a castanha de caju se divide em três (3) partes (exterior, interior e intermediário), a primeira que é a parte de fora ou a casca, em outras palavras, se chama epicarpo, a segunda parte designada de endocarpo é a que fica mais para dentro e a última parte é a que separa a casca que contém o líquido das outras partes da castanha, este líquido é de grande valia, porque pode servir para as fábricas químicas na produção de “vernizes, tintas, resinas, lubrificantes, lonas, freios, pasta e borracha”, entre outras coisas que o país poderia aproveitar.

Embrapa citado por Seca (2020 p. 28) divide e descrever as três partes que constituem a castanha de caju que são,

A Casca, película e amêndoa. 1) A casca, que representa de 65% a 70% do peso da castanha, é constituída por um epicarpo coriáceo, atravessado por um mesocarpo esponjoso, cujos alvéolos são preenchidos por um líquido cáustico e inflamável, chamado o líquido da casca da castanha (LCC). 2) A película, ou tegumento da amêndoa, que representa cerca de 3% do peso da castanha, é rica em tanino. 3) A amêndoa, que é a parte comestível da castanha, formada por dois cotilédones de cor marfim, representa cerca de 28% a 30% do seu peso, porém no processo industrial o rendimento médio é de apenas 21%.

Por outro lado, ve-se a necessidade de indicar os principais países que produzem a castanha de caju.

A castanha de caju é produzida em pelo menos 20 países, sendo a maioria deles pertencente a economias em desenvolvimento, destacadamente Índia, Vietnã, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Tanzânia, Indonésia, Tailândia, Malásia, Sri Lanka, Quênia, Filipinas, El Salvador, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Madagascar, Benin, Peru e Honduras. (CATEIA; VELOSO; FEISTEL, 2018, p. 595)

Com isso, torna-se óbvio que a castanha de caju que chegou na Guiné-Bissau com a chegada dos invasores coloniais é conhecida mundialmente porque é produzida em diferentes partes do mundo como se pode ver na colocação supracitada.

6.2. Os impactos que os conflitos armados e políticos causaram e ainda causam na economia do país e na comercialização dos produtos agrícolas em especial castanha de caju

A situação econômica do país é de se lamentar porque por mais que pensamos que tudo está finalmente se ajeitando, acontece algum fenômeno que causa a imersão profunda da economia do país.

Após a proclamação da independência de 24 de setembro do ano 1974, o país estava economicamente precária e tentava-se restabelecer e estabelecer a confiança com as

comunidades internacionais com a finalidade de atingir os objetivos do milênio, mas antes que isso aconteça, o país já se encontra no conflito armado de 7 de junho de 1998. A crise causada pelo conflito armado,

[...] deixou sequelas profundas, destruindo as infraestruturas, fazendo milhares de mortos cujo balanço continua até hoje incerto, interrompendo o impulso que o país começava a tomar em direção a um novo crescimento econômico após longos anos de maus desempenhos, aprofundando a miséria, dilacerando o tecido social [...] (DJALÓ, 2013, p. 41).

Gomes (2020), disse que essa crise fez com que o país ficasse presa nas três armadilhas do desenvolvimento que o autor classifica como o primeiro, o conflito que provoca a instabilidade sócio-político no país, o segundo é a abundância dos recursos naturais porque as infraestruturas não terão como produzir os produtos e pela má governação que é uma das armadilhas que se verifica no país até hoje devido às sequelas causadas pelo conflito. Além disso, o conflito também causou danos estruturais e econômicas no país, este conflito provocou danos nas infraestruturas e o retrocesso do desenvolvimento econômico, levando a perda de confiança dos parceiros internacionais, isso fez com que a população perdesse o poder de compra da sua única fonte de receita para garantir a sua segurança alimentar - a produção. “As sucessivas crises de instabilidade política na Guiné- Bissau têm-se refletido na desaceleração econômica, que é altamente volátil e deficitária” (GOMES, 2020, p.13).

Nhaga, (2017, p.26), faz uma análise das condições climáticas que permite uma boa produção de produtos agrícolas, assim, o autor mostra que,

[...] as condições climáticas favoráveis do país para o bom funcionamento do setor agrícola, que no qual permite a plantação de qualquer semente nos solos guineense, basta que a semente seja adaptada às condições do meio para o seu desenvolvimento, permitiu a produção de forma facilitada de caju em diferentes regiões do país. Sendo, sobretudo, um país húmido com diversificado floresta ótimas (sub-húmidas, secas, savanas) e com um solo predominantemente constituído de matéria orgânica (húmus), permitiu sobretudo a predominante agricultura voltada ao cultivo de caju, ocupando uma grande parte da população ativa, com as pequenas unidades agrícolas com cerca de 80% das plantações de caju, onde em média, em cada família nas zonas rurais, dificilmente se encontra uma casa que não tenha um pequeno agricultor com algumas plantas de cajueiro, que pode oscilar em alguns metros ou mais e hectares, fazendo com que o país tornasse o quarto maior produtor mundial e segundo na África.

A produção de caju tem apresentado uma grande mudança no desenvolvimento do setor agrário no país, por apresentar uma terra com clima favorável para plantação de caju e como qualquer outra semente desde que seja adaptável às condições excelentes que o país apresenta, seca, sub-húmida e savanas. “Em termos climáticos, a Guiné-Bissau é um país com solo fértil e propício para o desenvolvimento de atividades agrícolas, devido seu clima tropical, sendo quente e úmido” (SAMATE, 2018, p.106). Devido a estes fatores que o país apresenta e por se adaptar às duas formas de plantação de caju no planalto e nas vertentes de bas-fonds. Cerca de 80% das plantações de caju distribuídas nas zonas rurais pertencem às

famílias locais e os que vivem nas zonas urbanas, é difícil encontrar uma família que não teria uma certa quantidade de plantação de caju. Com todos os indicadores levantados, o país passou a ser o quarto maior produtor de caju a nível mundial e segundo na África (DJALÓ, 2013).

O caju apresenta uma grande importância para as famílias rurais, pois as empregam de forma informal. “[...] a maior fonte de rendimento para dezenas de milhares de famílias rurais e cerca de 85% da população guineense vive em zonas rurais. Em todo o país cerca de 75% das famílias rurais possuem plantações de caju” (MENDES, 2010, p.18). Importa salientar o quão é difícil o processo de trabalho de caju e que exige muita paciência. Levando em conta os tipos de florestas que se verifica em todo o território nacional é difícil plantar caju sem antes fazer a desflorestação do lugar, em sequência, a queima do espaço limpadado, faz-se lavoura para semear cachoeira e como a sua plantação não impede de semear outros cereais como no caso de amendoim, milho, feijão, semeiam os enquanto a cachoeira se desenvolve (SECA, 2020).

As famílias aproveitam para plantar e beneficiar dos outros cultivos enquanto a semente de caju se desenvolve, este não precisa tanto de atenções como outras plantas porque consegue se desenvolver em ambientes diferentes e caso se encontra no lugar onde não se verifica muita movimentação dos animais que poderiam prejudicar o seu desenvolvimento, cresce normalmente, não obstante, as intercalações constantes com as limpezas da horta para melhorar o desenvolvimento da planta e garantir uma boa campanha/colheita (CATEIA, et al. 2018).

Na sua plantação, ainda se encontra uma falta de formação em termos do espaçamento entre as plantas, mas em geral as pessoas abrem um espaço pequeno na terra e colocam a semente depois cobrem com a terra, também cresce mesmo não cobrindo com terra, porque pode-se desenvolver sobre a terra. O caju na Guiné-Bissau pode ser o recurso com o potencial de mudar o rumo do país, contribuindo no desenvolvimento e na redução da pobreza (DJALÓ, 2013).

O crescimento da produção caiu de uma forma significativa. Por se tratar de um país economicamente atrasado, a estratégia que se pode adotar é de procurar soluções através da produção agrícola como setor primário que pudesse garantir o bem-estar da população. Pode-se dizer também que se verifica a exclusão social no país – certas famílias dependem da única fonte de renda para garantir a sua segurança alimentar, acesso à saúde, educação, se não tiver o capital não terá acesso a estes benefícios - em termos da divisão da pobreza, verifica-se

que as famílias que vivem nas zonas rurais são mais carenciadas em relação às urbanas (NHAGA, 2017).

Entende-se que este fator é devido a falta de implementação das infraestruturas: escolares, hospitalares, empresas e o melhoramento das estradas nas zonas rurais que facilitariam a deslocação dos seus produtos, com isso a sua fonte de renda não será monótona, pois acredita-se que, quando existe diferentes formas de produção e garantir uma vida estável através do emprego, poderia existir uma flexibilidade em gerenciar para cobrir as necessidades básicas, portanto, se for criado empresas nas zonas rurais que garantir a oferta de emprego as pessoas ativas, assim permitiria que não dependessem da única fonte renda, mas quando não são criadas estas condições, o Estado – população - fica presa a única forma de garantir o seu bem-estar que através da produção por conta da excelente condições de solo, principalmente pela produção de caju (M'BUNDE, 2015).

6.3. Os níveis de transformação e do aproveitamento dos produtos internos em bens de consumo pelo Estado (castanha de caju, pseudofruto, vinho de caju)

Percebe-se que o cajueiro ganhou um papel fundamental na economia, educação de uma forma positiva e negativa, na saúde e na cultura. Com a contribuição que a castanha de caju proporciona para a sociedade guineense e o plano do investimento do Estado, “o Governo está a levar a cabo planos de investimento para melhorar as infraestruturas nos setores da saúde, educação e rodoviário no sentido de apoiar a retoma económica” (GUINÉ-BISSAU, 2022, p.14), pode permitir uma boa melhoria no desenvolvimento socioeconômico.

Mas antes disso, a sociedade guineense, apesar de já ter contato com esse produto, não conhecia o seu valor no mercado. Portanto, ele servia como autoconsumo para a maioria dos que tinham plantação de caju aproveitavam o falso fruto para o consumo e transformá-la no vinho que era obstáculo para a religião muçulmana e protestante, alegavam ou seja, proibiam a plantação de caju para evitar que os jovens não sejam tentados a se tornarem bêbados por causa do vinho de caju, mas vendo o seu rendimento econômico, começaram a plantá-la, deixando com os fiéis a responsabilidade moral de cumprir com os princípios da Bíblia e do Alcorão (NHAGA, 2017, p.24).

A castanha é consumida em forma de serial, molho e quando assada, esta última desempenha um papel da harmonia no seio da família, porque reúne toda a família ao redor criando um ambiente de divertimento enquanto quebram a castanha assada com pedaço de

paus e consumindo o amendoim. Percebe-se que, quando caju começou a ganhar mais valor económico no seio familiar e para o país sair da terceira posição dos produtos mais produzidos no país (arroz, amendoins, coconotes, algodão, milho, inhame, batatas, tifas, bananeiras, mandioca fundo...) caju passou a ser o primeiro produto mais produzido e valorizado, chegou um tempo aliás até hoje no qual serve como moeda de troca para que os agricultores possam conseguir arroz e produtos de primeira necessidade junto dos comerciantes (SAMATE, 2018).

No processo de plantação de caju na Guiné-Bissau, o Sarmento Rodrigues então comandante da colônia foi o pioneiro em fomentar a produção de caju no país. “O cultivo do caju teve um primeiro impulso sob a instigação do governador Sarmento Rodrigues (1945-1949), que promoveu sua expansão. Pelos meados da década de 50 estimava-se que a produção de castanhas era de 400 t por ano” (SECA, 2020, p.33). Depois da independência, nos anos 1980 e 1990 foi quando as portas das oportunidades abriram e nesta altura já se conhecia o valor comercial do produto, com a grande produção de caju no país começou-se a verificar a fraca cultivo de arroz no território nacional (1970), apesar de ainda ser verificado na zona sul, mas por ser insuficiente deu-se o início da sua importação, pois com a castanha de caju é possível realizar troca direta por isso ganhou mais espaço de terra para a sua produção em consequência disso, diminuiu também o espaço para a produção dos outros produtos.

Nota-se que se verifica uma certa precariedade dos conhecimentos básicos de como plantar essa planta, os espaçamentos favoráveis que se possa deixar entre elas, isso pode limitar o desenvolvimento do caju e nas possíveis projetos que se pense em desenvolver nesta área. O que se pode verificar numa entrevista feita pelo Djaló (2013, p. 61), a responsável do departamento de caju da Organização Holandesa para Desenvolvimento (SNV), no qual mostra que “Os cajueiros são semeados diretamente, usando sementes e espaçamentos de 1 metro entre uma árvore e outra, onde o ideal seria a distância de 3 metros de uma para outra”.

Desde o ano 1973 que o país procura uma forma de revolucionar o setor agrícola por ser o fator principal para o arranque do desenvolvimento do país, além disso, verifica-se que este setor concentra mais da metade da população ativa nos trabalhos de campo. Portanto, com uma boa gestão das produtividades das zonas rurais por parte do Estado, pode permitir um rápido aumento do rendimento no trabalho das famílias rurais. Neste mesmo período de pós-independência até nos anos 1980, pode-se verificar uma iniciativa na criação de projetos por parte do Estado guineense que não versa só pelo consumo interno dos produtos, como

pretendia exportar os produtos que os solos excelentes do país tinham capacidade de produzir (CATEIA, et al. 2018).

Nos anos seguintes, todo o projeto criado para impulsionar o crescimento econômico do país se afundou no abismo, sem sucesso e todas as infraestruturas viraram sucatas, ou se tornaram refúgios para os roedores e os morcegos. O não cumprimento do sonho de Amílcar Cabral deve-se ao facto de não ter técnicos qualificados suficientes nas áreas industriais, falta de matérias primas, mal financiamento e falta de financiamento por parte do Governo. No entanto, estas seriam uma forma que o país se dirigia para um desenvolvimento sócio-econômico atendendo às necessidades da sua população, caso o Governo conseguisse formar mais quadros nas áreas necessárias e dedicar-se a uma gestão produtiva para um bom rendimento das infraestruturas. Estas infraestruturas faziam parte do projeto de cabras e “O principal motivo da descontinuidade do sonho do Cabral deve-se à falta de matéria prima para algumas indústrias, falta de técnicos qualificados, falta de gestão [...] e défice financeiro por parte do Governo” (NHAGA, 2017, p.44).

Percebe-se que a industrialização da castanha de caju no país é uma via que permite o rendimento da economia do país como também pode proporcionar o aumento da oferta de emprego, mas este projeto deve ser encarado como uma iniciativa inovadora pois se trata da continuidade dos planos do governo guineense, tendo como duração de médio e longo prazo com o objetivo do bem-estar da população. Como foi colocado anteriormente, o governo da Guiné-Bissau depende muito dos financiamentos exteriores para se manter em funcionamento na medida do possível, por isso a sua melhor opção é apostar na industrialização, porém sem pôr em causa o meio ambiente (INDJAI, 2014).

Devido ao rendimento que a transformação interna da castanha de caju pode contribuir no aumento do PIB, no século XX alguns países de África na tentativa de se tornarem independente economicamente, procuraram investir na transformação da castanha de caju e com este processo permitir-se-á a oferta de emprego, melhoria da condição de vida, evolução econômica no país e tentar-se-á acompanhar evolução do mercado industrial. Nesta tentativa, na Guiné-Bissau foram criadas diferentes unidades da transformação que infelizmente não chegaram a funcionar para atingir os seus objetivos (M'BUNDE, 2020).

Houve tentativas na criação de mecanismo no tratamento da castanha de caju através das ONGs, mas demorava cada vez mais a espera para se beneficiar das amendoins. Um dos fatores que influenciaram essa demora foi o conflito político-militar (1998), que fez com que as famílias rurais e agricultores optarem pela forma mais rápida de se beneficiarem e

garantirem a sua segurança alimentar por meio das vendas das castanhas “in natura” (SAMATE, 2018).

Nota-se que, nos anos anteriores (1996) houve progresso no que se refere a habilitação das unidades industriais que se localizam em diferentes partes do país, esta iniciativa deve-se ao fato de que foram registrados vários pedidos da reabilitação e criação das médias e pequenas empresas para facilitar o processo da transformação da castanha de caju. Mesmo com o conflito político, têm organizações que conseguiram se manter e zelar pelo cumprimento dos seus objetivos. Focar-se-á em identificar os benefícios que essas organizações trouxeram para a sociedade guineense.

Verifica-se que o país está com falta dos equipamentos adequados, para auxiliar na possibilidade de transformar o pedúnculo no produto final como afirma Moraes, et al., (2013 apud Mendonça, 2019, p. 88),

O pedúnculo de caju possui um amplo potencial de aproveitamento industrial, gerando diversos produtos oriundos de sua fração líquida - tais como suco integral clarificado, concentrado, vinho de caju, polpa de caju pasteurizada e congelada ou preservada quimicamente, xarope de caju, cajuína, néctares e refrigerante - bem como de sua fração sólida, como doces em massa, pasta ou calda, geleia de caju, caju ameixa, compotas, produtos desidratados, rapadura de caju e mel clarificado de caju.

6.3.1. Comercialização da amêndoa de caju

Importa-se levar em conta os processo que se deve seguir antes da colocação da amêndoa no mercado. Transformação artesanal, mecanizada e semimecanizada, todas estas formas de transformações têm lucros que podem ser individual, familiar e entre associados. Este produto é espalhado por diferentes continentes (Europa, ásia e américa) (CABRAL, 2010).

Percebe-se que a comercialização da amêndoa não se limita só a nível internacional, no entanto, internamente o artesanal (queima direto da castanha) que segura o mercado. As amendoins são vendidas de acordo com a possibilidade de compra e a necessidade variando em quantidade e valor.

O Estado poderia pensar numa estratégia política que permitiria a diminuição da exportação da castanha de caju e investir nas criações das empresas com a capacidade da transformação de amendoim, mas por falta do financiamento não se desenvolveu ainda este projeto. Com a criação deste projeto o país vai reduzir a exportação das castanhas para Índia, Vietnam e para para os países baixos. E quem sabe pode-se ganhar mais condições para competir com os principais países na produção da castanha de caju, Índia, Brasil, Vietnã, Moçambique e Costa de Marfim (BRAINER, 2022; MENDES, 2010; SAMATE, 2018).

6.3.2. vinho de caju

No país, o vinho de fácil acesso é o de caju que é vendido informalmente nas casas e nas esquinas dos bairros, por se tratar de um vinho com custo muito baixo no valor de 100 Xof, por isso, a população consumidora preferem-no em relação aos restantes como vinho tinto, cerveja, uísque, etc.

Contudo, este caso não exclui de certa forma a Guiné-Bissau, por se tratar de um país com diversos identidades étnicos, culturais e formado por diferentes convicções religiosas, houve um período em que a religião muçulmana e protestante impediam a plantação de cajueiro como foi mencionado anteriormente, mas como a planta desempenha um papel na segurança alimentar resolveram-se deixar a responsabilidade moral para cada um em cumprimento aos princípios de Alcorão e Bíblicos.

No processo de transformação do caju em vinho por falta dos recursos técnicos e específicos para este processo de transformação, ainda se utiliza mecanismo tradicional, o que envolve o uso de tronco uma árvore de preferência um tronco grande e que não vai acrescentar gosto estranho na bebida, usam as mãos para amassar o pedúnculo.

Verifica-se uma vantagem no que se refere a (não) uso dos produtos químicos para produção (plantação) de caju, verifica-se que devido às condições naturais favoráveis que a nação reúne, permite que a produção/plantação de caju seja mais naturais, o que faz os produtos ganharem mais concorrência em relação aos outros país (DJALÓ, 2013). O que aconteceria se o Estado da Guiné-Bissau não zelar pelo equilíbrio do ecossistema e da biodiversidade?

6.4. Excesso da produção de caju e o seu impacto ambiental e o desmatamento no país

Castanha de caju começou aos poucos a servir como meio da redução da pobreza no país, é vista com frequência dentro de uma família certa pessoas que vão possuir determinado metros da horta de caju ou hectares, isso fez com que o número da produção de caju crescer e traz consigo a reflorestamento colocando em risco a ecossistema e a biodiversidade do país e a sua agricultura.

De modo a perceber como a ambição económica e a concorrência internacional têm afetado as populações rurais na Guiné-Bissau, foi feito um pequeno inquérito cujo objetivo é analisar o nível da responsabilidade social das empresas e dos governos ao longo dos anos e a

forma como os impactos da monocultura do caju são interpretados por parte dos agricultores (COMBA, 2022, p. 33).

“A monocultura provoca o desequilíbrio dos ecossistemas, causando a diminuição e extinção da biodiversidade, o que certamente, nos impedirá de alcançar o sucesso com os progressos que planejamos diariamente” (NHAGA, 2017, P. 35). Para se evitar a diminuição das florestas, as biodiversidades e os desaparecimentos das diferentes espécies dos animais, convém preservar a biodiversidade e evitar o desflorestamento da mata.

6.5. A influência que a safra de caju exerce sobre a vida estudantil das crianças adolescentes e jovens na Guiné-Bissau

Nota-se que o caju e a campanha oferecem benefícios econômicos e sociais no Estado guineense. Posto isto, importa-se questionarmos como seria a condição de vida da população guineense se o Estado valorize a castanha de caju ou se leve adiante os projetos que possam desenvolver e permitir a transformação da castanha e do falso fruto nos alimentos. Mesmo com três meses da campanha de caju (abril, maio e junho), consegue-se verificar a estabilização e o equilíbrio econômico entre as populações durante este período.

Para as famílias carenciadas e das zonas rurais, esta é a época que aproveitam para liquidar as suas dívidas que vêm acumulando nos meses que antecedem a colheita, também aproveitam para pagar a educação escolar dos filhos de modo geral, a sua segurança se reside na campanha de caju e no preço que o governo estipula para a compra da castanha. Enquadra-se também como emprego sazonal e o trabalho informal de carregar os sacos da castanha nos armazéns nacionais.

Nota-se um conflito entre o calendário escolar e o período dos trabalhos agrícolas que as famílias carenciadas enfrentam, em muitos casos faz com que os jovens abandonem os seus estudos para apoiarem nos trabalhos de campo pela vontade própria ou pela solicitação dos seus pais, porque, “[...] as famílias viam no ensino uma atividade elitista, cujo calendário entrava em conflito com a necessidade dos jovens participarem no trabalho agrícola e que os afastava dos trabalhos pesados do campo e do controle dos mais velhos” (SANGREMAN, 2016, p. 12).

Segundo a ONU News, (2022)

A castanha de caju representa mais de 90% das exportações da Guiné-Bissau. Em 2021, o país exportou 231 mil toneladas do produto, segundo dados da Agência Nacional de Caju, Anca. Tendo em conta a superfície coberta pelos cajueiros, estimada entre 520 e 530 mil hectares, a produtividade é relativamente baixa, respectivamente entre os 433 e 442 quilogramas de castanha por hectare, contra os 600 kg/hectare em países como a Índia, Vietnã e a Tanzânia.

O caju tem uma contribuição muito notável no crescimento da receita do Estado pós-independente, o principal produto de exportação do país é a castanha de caju com cerca de 90% dos produtos nacionais. As famílias rurais ou agricultoras conseguem concretizar os seus projetos sociais, familiares, pessoais como,

Construir e reabilitar casas, compra de mobiliários, casamento, cerimônias, liquidação de dívidas contraídas com os familiares e amigos, compra ou aluguer das bolanhas para cultura de arroz nas zonas salgadas, pagamento das propinas dos filhos nas escolas (NHAGA, 2017, p.28).

Quando conseguem um preço melhor na compra da castanha de caju como aconteceu nos anos 2015, 2016 e em 2017 onde o preço inicial dado pelo governo é de 300 xof e devido à concorrência do mercado o preço chegou aos 750 xof (ONU News, 2022).

Importa-se buscar saber o motivo da proposta do preço inicial que o governo propôs no valor de 300 xof, provocando a concorrência entre os comerciantes a ponto das compras gerarem os benefícios de 440 xof para os agricultores.

O processo de comercialização da castanha de caju é feita por meio dos intermediários que possuem alvará, ou seja, a licença para atuar na área de comércio no país, não obstante, também podem efetuar a troca direta da castanha de caju com arroz ou produtos de primeira necessidade, esta troca não substitui o uso do dinheiro dos produtores que vivem nas zonas rurais e os comerciantes (FIGUEIREDO, et. al., 2010).

Como nos referimos anteriormente, sobre os intermediários no processo da transportação ou comercialização da castanha de caju se circula entre os produtores que são donos das hortas de caju que vendam os seus produtos para os comerciantes pelo preço estipulado pelo governo que muitas vezes não favorece os provedores, porque o país depende dos compradores internacionais para colocar o preço da campanha.

Nota-se que estes dois são principais circuitos que faz permanecer a comercialização da castanha de caju no país, mas cada um precisa de um segundo agente ou seja de um canal; no caso dos produtores, precisam de intermediários (estes servem de um meio, mas penalizam os produtores porque ganham mais do que o preço colocado pelo governo que cria uma limitação nos benefícios dos produtores) que vai fazer chegar os seus produtos aos comerciantes, por outro lado, os comerciantes compram os produtos no sentido de serem vendidos para os compradores internacionais por isso também precisar-se-ão de dos exportadores. Em suma, pode-se resumir este processo em dois que são comerciantes internacionais e nacionais (MENDES, 2010, p.25).

Ainda falando no processo da venda da castanha de caju, percebe-se uma variação de colocação de preço nas diferentes regiões do país, fazendo com que famílias optarem por

vender as suas produções conforme as suas colheitas ou poderiam optar-se por esperar até o final da campanha para venderem as suas castanhas, mas isso é feito, tendo um consenso familiar. Mas as emergências familiares são imprevisíveis, um exemplo concreto disso, é a família que guarda todas as suas produções no stock para serem vendidos só nos últimos meses da campanha (nos finais de março), pois acredita-se que neste período consegue-se um bom preço pelas castanhas de caju (... a demanda da procura e o valor da compra...), mas nem sempre isso acontece, no início da campanha (no fevereiro) as colheitas são guardadas mas chega numa altura em que os pais precisam colocar comida na mesa, pagar mensalidade nas escolas, realizar matrícula, comprar materiais escolares até para cobrir as despesas da universidade, os cuidados de saúde sem deixar de mencionar as dívidas que tinham para liquidar e entre outras coisas, motivo pelo qual acabam vendendo as castanha que tinham no stock para resolver os problemas familiares (NHAGA, 2017).

Nota-se que a maioria das famílias de baixa renda dependem muito da produção castanheiro, por isso, é difícil não venderem os seus produtos até o êxodo da campanha.

6.6. Inserção da Guiné-Bissau no mercado internacional por sua grande capacidade de produção e a contribuição que isto tem no desenvolvimento socioeconômico do país

Pode-se destacar que, o país passou por momentos que marcaram o seu processo de desenvolvimento econômico na década de 1980, dentre eles destacam os dois que,

[...] por um lado, à crescente inserção internacional de sua economia e, por outro, à dependência desta para com a castanha de caju, que passou a ser produzida e exportada em grande quantidade não apenas para os tradicionais mercados europeus, mas também para novos mercados consumidores em decorrência da reestruturação do setor comercial (CATEIA, VELOSO e FEISTEL, 2018, p.589).

Posto isto, os autores remetem aos projetos criados na época que tinham como o principal objetivo desenvolver o setor agrário que permitiria o melhor desenvolvimento da economia guineense, porém estes projetos foram interrompidos com a instabilidade política que se vivencia no país.

Nesta mesma ótica que se faz a menção da teoria que aponta qual área que o país deveria ter como prioridade para aumentar os benefícios dos seus produtos, nesta perspectiva que autor aponta que,

De acordo com a teoria de David Ricardo, pode-se constatar que a Guiné-Bissau se especializou no produto no qual possui uma vantagem comparativa e carece da vantagem competitiva, apresentando uma necessidade imperativa de diversificar a sua base produtiva e de exportação, que é predominantemente agrícola. Desta forma,

o país tem de focalizar-se na diversificação e na exportação dos produtos acabados em vez de produtos brutos, como é o caso da castanha de caju, assim, irá incrementar valores finais aos seus produtos (GOMES, 2020, p.24).

Com a vantagem apresentada que o país possui, seria de grande proveito se o Estado aproveitasse estas vantagens para escoar os seus produtos agrícolas para revolucionar o seu destaque no mercado internacional. Para que esse crescimento econômico seja aproveitado no país, os governos precisam apostar na industrialização das infraestruturas que possam permitir o desenvolvimento dos setores primários que atendem as necessidades como (GOMES, 2020), “[...] (i) a melhoria da ação governativa e da administração pública, (ii) a promoção do crescimento económico e criação de empregos, (iii) o reforço dos serviços sociais e infraestruturas de base e (iv) a melhoria da condição de vida da população vulnerável, [...]” (BALDE, 2020, p. 26).

Segundo Nhaga (2017, p. 52), “a forma com que as unidades alcançam o mercado internacional (Europa, Ásia e América), depende da possibilidade económica e fitossanitária da unidade transformadora.” e acrescenta que além do mercado internacional também o plano do mercado do país é suportado internamente “pelo processo artesanal de amêndoas feitas a partir de queima direta das castanhas, numa lata metálica, de carácter totalmente informal, vendidas em medidas diferentes, conforme a necessidade, quantidade e/ou valor monetário que a pessoa dispõe.” Posto isso, percebe-se que o mercado do país é suportado em duas vertentes: interno e externo, o que nos leva a trazer a necessidade que se verifica de o Estado criar condições que vai atender as necessidades dos consumidores dos seus produtos.

A exportação da castanha de caju, contudo, tem com principais destinos, a Índia e Vietnã respectivamente, mostrando assim certo grau de concentração desse mercado. vale destacar que exerce domínio absoluto do mercado detendo mais de 90% de importação mundial desse produto, usado como matéria-prima para suas indústrias de beneficiamento local (SAMATE, 2018, p. 30).

Por outro lado, Djaló (2013, p.34) acrescenta que a questão da dependência que a Guiné-Bissau espera das compras dos seus produtos pelos colaboradores internacionais, no qual o autor coloca que,

A Guiné-Bissau possui três compradores internacionais da castanha de caju: Índia, Vietnam e Brasil. Diante desta perspectiva não é possível afirmar a superação da dependência apoiando, simplesmente, nas relações comerciais internacionais. É mister considerar o circuito de valorização do capital dentro do cenário internacional, no qual os espaços económicos nacionais são peças necessárias, mas não suficientes, à compreensão do fenómeno.

A colocação supracitada vai ajudar a entender o destino das exportações que se faz da castanha de caju produzido no país, a fim de investigar a potencialidade que essa produção

tem no desenvolvimento socioeconômico do país para permitir com que o projeto consiga responder a nossa pergunta de partida no desenvolvimento do presente projeto de pesquisa.

7. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método qualitativo para a realização deste projeto de pesquisa que visa investigar a evolução da economia e seu desenvolvimento na Guiné-Bissau, o caso da produção e transformação da castanha de caju em produto de consumo, no período compreendido entre 2015-2022. O projeto também pretende compreender a viabilidade do impacto socioeconômico e das mudanças na transformação da castanha de caju na vida das famílias rurais após a independência na Guiné-Bissau. Segundo Demo (2009, pág. 159) a pesquisa qualitativa “busca o aprofundamento por familiaridade, convivência e comunicação”.

De um certo modo, a pesquisa não distanciará muito destes três contextos (familiaridade, convivência e comunicação), uma vez que, para compreender melhor o projeto de pesquisa o trabalho terá de familiarizar com todos os problemas possíveis que os rodeiam buscando assim entender a convivência dos agricultores da sociedade guineense e dos desafios que enfrentam por meio de uma comunicação dos diferentes autores e textos que abordam as questões que vão na mesma linha de pesquisa o presente pesquisa, para isso será adotado o critério de “levantamento bibliográfica/ pesquisa bibliográfica” que se refere às investigações “que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 85).

Sendo assim, faremos uma revisão bibliográfica dos trabalhos que foram relevantes para o assunto da nossa pesquisa como “livros, revistas científicas, boletins, dissertações, teses, legislação, [...] arquivos públicos, jornais, relatórios das unidades industriais e das ONG’s afetas ao setor de caju e ainda dos Ministérios ligados ao sector, do Comércio, Agricultura e Finanças” (NHAGA, 2017, p.5).

Ainda falando da pesquisa qualitativa, colocada por Creswell (2010, pág. 206), entende-se que essa “emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e método de coleta, análise e interpretação dos dados. [...] e estes procedimentos baseiam-se em dados de textos e imagens”. Também iremos explorar as “múltiplas fontes de dados” que a investigação qualitativa nos oferece, neste projeto será aplicada a entrevista com os participantes que convivem de perto com as realidades que o tema pretende estudar. Posto isto, o projecto adotará também a entrevista que é entendido como “uma técnica que permite o

relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador” (BARROS; LEHFELD, 2007, pág. 108).

Esta técnica permitirá que o pesquisador atinja os seus objetivos que é de obter as informações detalhadas da melhor forma possível do seu propósito da pesquisa, no entanto, percebe-se que este é um método não documental, porém muito importante na recolha dos dados e informações das perguntas numa comunicação verbal com o/a participante.

Como pode perceber na conceitualização da entrevista pelo Gil (2010, pág. 109) que a define “como a técnica em que o entrevistador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.”, e, como coloca Nhaga (2017, p. 4), “as perguntas permitem uma interação directa entre entrevistador e entrevistado, flexibilizando assim as respostas, constituindo um mecanismo eficiente e rápido na recolha das informações.” No presente projeto pesquisa será realizada a entrevista semiestruturada com “o roteiro prévio de perguntas abertas [...]” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 108), as entrevistas serão direcionadas às famílias rurais, aos agricultores das pequenas e grandes produções de caju, na perspectiva de expandir mais o trabalho, também as entrevistas serão direcionadas para os responsáveis das unidades de transformação de caju e as organizações nacionais e internacionais ligadas ao sector de caju que se encontram no país . Ao decorrer das abordagens que serão aplicadas na forma de entrevista com os entrevistados, procederá com os registros das fotografias e gravação das entrevistas com o consentimento dos participantes. Com intuito de realizar uma pesquisa de qualidade, far-se-á o cruzamento dos dados das informações coletadas durante as entrevistas e no levantamento bibliográfico.

8. REFERÊNCIA

- ABREU, Alexandre. **Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural.** e-cadernos CES, 2012.
- ALEXANDRE, Frédéric. **O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.):** de símbolo da cultura nordestina a árvore testemunha da mundialização da economia e dos modos de vida. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 2013.
- BALDÉ, Tcherno Amadú. **A Guiné-Bissau no mercado internacional: que caminhos para um upgrading no setor de caju?** PhD Thesis. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2020.
- BARROS, S. J. Aidel; LEHFELD, S. A. Neide. **Fundamentos de metodologia científica.** – 3.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. **Cajucultura.** Fortaleza: BNB, ano 7, n.230, jun. 2022.
- BRITANNICA, T. Arquitetos da Informação da Enciclopédia. **"Guiné-Bissau."** Encyclopedia Britannica. Guiné-Bissau; Disponível em: <https://www.britannica.com/facts/Guinea-Bissau>. Acesso em: 16 de agosto de 2023
- CABRAL, Thiago de Melo. **Avaliação dos constituintes e do potencial mutagênico do material particulado oriundo do beneficiamento artesanal da castanha do caju.** PhD Thesis. Universidade de São Paulo. 2010.
- CASSAMÁ, L. **Guiné-Bissau: O melhor seria transformar a castanha de caju localmente, analistas.** Rev. voaportugues; Guiné-Bissau; Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/guin%c3%a9-bissau-o-melhor-seria-transformar-localmente-a-castanha-de-caju/6007539.html>. Acesso em: 27 Out. 2023.
- CATARINO, Luís, et al. **Manual de Procedimentos de Trabalho de Campo em Pomares de Cajueiro na Guiné-Bissau.** 2021.
- CATEIA, Júlio Vicente; VELOSO, Gilberto de Oliveira; FEISTEL, Paulo Ricardo. **Determinantes das Exportações de Castanha de Caju da Guiné-Bissau (1986-2011):** uma análise sob a ótica do modelo de gravidade de Bergstrand. Revista de Economia e Sociologia Rural, 56: 583-604, 2018.
- COMBA, Zidane N.'Denh. **Produção de Caju e seu Impacto na Economia e no Ambiente: Caso Guiné-Bissau.** 2022.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano:** entre o discurso e a prática. Unesp, 2004.
- COSTA, António. **Elementos Estatísticos: Guiné-Bissau.** Lisboa, Finisterra, 1982
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. Ed. -7. reimpr. – São Paulo, Atlas, 2009.

DJALÓ, Abdulai Sombille. **Desenvolvimento sócio-econômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013.

DODMAN, Tim; SÁ, Joãozinho. **Monitorização de aves aquáticas no Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau**. Dakar: Wetlands International & Bissau: Gabinete de Planificação Costeira, 2005.

EDMUNDSON, Helen. **Optimizar a riqueza natural da Guiné--Bissau**. Pretoria: World Bank, 2014.

FIGUEIREDO, Adelson Martins, et al. **Análise da transmissão de preços no mercado brasileiro de castanha de caju**. Revista Econômica do Nordeste, 2010, 41.4: 715-730.

GIL, A. Carlos. **Metodos e técnicas de pesquisa social**. – 6.ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Djanini Delgado. **Comércio Internacional nos Estados Frágeis: Análise do Caso da Guiné-Bissau**. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal). 2020.

INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau**. Master's Thesis. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014.

ITIBETO, Joaquim Carvalho, et al. **Responsabilidade social das empresas exportadoras de castanha de caju na Guiné-Bissau: um estudo de caso**. Lisboa, 2019.

LEMA, Filipe, et al. **Caracterização química preliminar do pedúnculo carnudo do fruto do caju colhido na Guiné-Bissau**. III Simpósio Nacional dos Frutos Secos, 2022, 123-124.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Efeitos políticos e institucionais da cooperação de Brasil, China e Portugal em Cabo Verde e Guiné-Bissau**. 2020. 349 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MANÉ, Binto. **Os dilemas da consolidação de segurança alimentar e nutricional nas zonas rurais da Guiné-Bissau: o papel do PMA no fortalecimento da segurança alimentar das populações rurais, especialmente das mulheres**. 2021. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

MENDES, Henrique José. **Segurança Alimentar e a Produção de Caju na Guiné-Bissau**. Tese de Doutorado. Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal). 2010

MENDES, Orlando. **Indicadores das mudanças climáticas no leste da Guiné-Bissau e adaptação camponesa**. Guiné-Bissau, ULG, 2018.

MENDES, Zangirolami Khambazz Silva. **Comércio internacional: o impacto das exportações da castanha de caju para o desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau período 1990–2012.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MENDONÇA, Lilian Aldina Pereira Mendonça e. **Competitividade da castanha-de-caju no mercado internacional : comparação entre Guiné-Bissau e Brasil no período 2001 - 2016.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MUNDIAL, IF-Banco. **Guiné-Bissau Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio.** Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional, 2010.

NHAGA, Marcos. **A produção e a transformação de caju e o seu impacto ambiental: a situação atual na Guiné-Bissau.** PhD Thesis. 2017.

OLIVEIRA, Patrícia; RODRIGUES, Maria José. **A intervenção das ONG nas zonas rurais da Guiné-Bissau.** Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade, 188-199. 2022.

ONU News. **Guiné-Bissau e FAO em parceria para salvar castanha de caju;** news.un.org; Guiné-Bissau; 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/>. Acesso em: 27 out. 2023.

RELATORIO NACIONAL DO FMI N.º 22/42. **Monitorizado, Segunda Avaliação do Programa Guiné-Bissau.** Washington, 2022.

PE, IF Sertão. **Revista IF Sertão PE: IF Sertão PE vai à África.** projeto oferece cursos de capacitação para a comunidade da Guiné-Bissau. 2015.

SAMATE, Alfa Iaia Sidico. **Análise da cadeia produtiva da castanha de caju com ênfase no beneficiamento e comercialização da amêndoa na Guiné-Bissau.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2018.

SANGREMAN, Carlos. **A política económica e social na Guiné-Bissau - 1974 – 2016.** Instituto Superior de Economia e Gestão – CESA/ CSG - Documentos de Trabalho nº 146/ 2016

SANTOS, Pedro MP, et al. **I Colóquio Nacional de Horticultura Social e Terapêutica.** APH, Lisboa, 2017.

SECA, Abdulai Ismail. **A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau.** 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020..

SINGER, Paul. **O que é economia.** São Paulo, Editora Pinsky Ltda, 2002.

VIEIRA, C. **A problemática do Cajueiro (Anacardium occidentale, L.) na Guiné-Bissau, avaliação tecnológica da castanha de caju.** PhD Thesis. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A África e a economia-mundo.** AJAYI, JFA **História Geral da África, VI. África do século XIX à década de 1880.**